

La crisis asiática y las contradicciones en el plano real

A CRISE ASIÁTICA E AS CONTRADIÇÕES DO PLANO REAL

Theotônio dos Santos

A. CRISE ASIÁTICA E O PLANO REAL

A crise financeira e cambial que se abateu sobre a Ásia entre maio de 1997 e a metade de 1998, afetou duramente alguns países latino americanos. Não é aqui o lugar de aprofundar sobre a crise asiática. Publiquei no Jornal Reforma do México um texto onde exponho minhas impressões sobre as razões e as projeções destes fenômenos.

Para mim, a crise asiática reflete mudanças globais nas relações das economias do leste asiático com os Estados Unidos devido à reorientação da política econômica deste país. Ele abandonou uma política de déficit fiscal, valorização cambial e déficit comercial realizada durante os governos Reagan e Busch para passar a uma política de equilíbrio fiscal, desvalorização monetária e diminuição ou mesmo suplantação do seu déficit comercial, durante o governo Clinton.

A nova política limitava drasticamente o mercado norte-americano no qual havia se apoiado a expansão comercial dos chamados "tigres" asiáticos, dos "gatos" que os seguiram e do próprio Japão. A valorização do yen (que varia de 136 yens por dólar no começo da década de 90 a 84 yens por dólar em 1996) levou a uma mudança das correntes comerciais da Ásia no pacífico leste. Grande parte das exportações que se orientavam para os Estados Unidos se reorientaram para o Japão, cuja valorização monetária o transformava num grande importador, sem necessidade de nenhuma desvalorização cambial das economias exportadoras. Neste período, a China Continental veio a ocupar o espaço deixado livre no mercado norte-americano. Sua moeda, esteve profundamente devaluada durante todo o período.

Esta situação mudou radicalmente com a desvalorização do yen, conseguida por pressões japonesas no final de 1996 e começo de 1997. O yen, que havia alcançado o alto valor de 84 yens por dólar caiu em poucos meses para 130 e até 140 yens por dólar. Em consequência o mercado japonês para os "tigres" e "gatos" asiáticos desabou.

Como voltar ao mercado norte-americano já ocupado pela China? Haveria que desvalorizar drasticamente as moedas destes vários países (na mesma proporção da desvalorização japonesa) para recuperarem seu poder de venda tanto para os Estados Unidos quanto para o Japão. Haveria que reestruturar a política industrial de complementariedade com o Japão para enfrentar-se ao mercado americano e ao competidor chinês.

Neste contexto, as economias do leste asiático, menos a China Continental, Hong Kong e Taiwan, converteram-se em presas fáceis da especulação internacional. Os créditos fáceis de origem japonês, as entradas de capitais especulativos de curto prazo para explorar a valorização bursátil e as oportunidades de investimento

converteram-se em fatores de fragilidade. A desvalorização era o único caminho. Mas com ela vinham a fuga de capitais e o agravamento da crise cambial. E a intervenção estatal inexorável ao lado do capital financeiro.

Pois, sejamos claros, no mundo sob inspiração neo-liberal, que ainda rege a ação das instituições financeiras internacionais, o dogma da não intervenção estatal desaparece imediatamente quando se trata de defender os interesses do setor financeiro. Juros altos, aumento da dívida pública, financiamento das instituições financeiras em quebra são formas brutais de intervenção estatal que não provocam nem uma só restrição dos neo-liberais. Claro que todos sabemos a quem servem estas teorias. Sabemos também quem financiam os prêmios Nobel de economia e a que interesses eles servem.

Devemos assinalar também que os bancos centrais dos países desenvolvidos já sabiam destas ameaças. O Federal Reserve Bank antecipou-se à crise e elevou a taxa de juros norte-americana preparando-se para atrair os capitais especulativos antes orientados para as economias emergentes.

A ameaça de uma corrida de capitais de volta aos Estados Unidos ameaçava não somente aos países asiáticos mas também aos demais países que se apoiam neste tipo de inversões. Entre eles, as economias latinoamericanas aparecem como as mais frágeis presas da especulação mundial.

Contudo, México já havia passado por sua crise e se encontrava sob proteção do FMI e do Governo norte-americano. Argentina se faz cada vez mais dependente do mercado brasileiro para o qual destina cerca de 30% de suas exportações. Restava, portanto o Brasil, fragilizado por uma sobrevalorização cambial e um déficit cambial crescente. A ameaça de uma retirada maciça de capitais do país era bastante real. Que capacidade tinha o governo brasileiro para reagir a esta situação?

Dado o alto grau de compromisso do plano real com a chamada "âncora cambial" só restava ao governo provocar um movimento contrário à saída de capitais. Baseado nos altos níveis de suas reservas (62 bilhões de dólares nos meados de 1997) o governo brasileiro lançou-se numa aventura só possível num espaço econômico altamente centralizado e diante de uma sociedade civil débil e passiva: elevou a taxa de juros quase ao dobro (de 28,6% a 42%) e lançou grandes quantidades de títulos no mercado financeiro para garantir estas taxas de juros incríveis e anti-mercado. Uma vez mais a intervenção estatal, brutalmente arbitraria e violentamente contraditória com as tendências do mercado, é aplaudida unanimemente pelos defensores da soberania do consumidor e do respeito às leis cegas do mercado...

Para respaldar os enormes custos estatais desta política o governo viu-se compelido a provocar um novo arrocho no gasto público, este sim orientado para as verdadeiras funções do Estado. Estes vêm sendo terrivelmente debilitados em anos e anos de mal uso dos recursos públicos da nação. Para servir a uma dívida pública interna, que nunca cresceu tanto como nos últimos 3 anos e que paga juros extratratosféricos, não cabia outro caminho senão cortar mais ainda os gastos em educação, saúde, habitação, com resultados evidentemente modestos diante dos gastos em serviço da dívida.

O déficit público brasileiro teve um comportamento extremamente esclarecedor do custo desta aventura de política econômica, se o analisarmos durante os meses de

janeiro de 1997 a janeiro de 1998 (últimos dados disponíveis no momento que escrevemos este trabalho). O leitor pode seguir em parte estes dados no Quadro II.

O déficit público representava 5,66% do PIB em janeiro de 97. Uma custosa política de diminuição da taxa de juros havia permitido baixá-lo para 4,39% do PIB em Agosto de 1997. Com a resposta à crise asiática e a elevação da taxa de juros o déficit fiscal regressa ao nível anterior e o suplanta: 6,18% em janeiro de 1998.

Para que o leitor possa entender a gravidade do problema anotemos que neste mesmo mês de janeiro de 1998 a receita do governo central brasileiro superou as despesas em 211 milhões de dólares! Neste mês, os gastos com juros nominais chegaram a 5,58 bilhões de dólares. Neste mesmo mês, a dívida pública brasileira se elevou a 316,7 bilhões de dólares, alcançando 35,3% do PIB. Porcentagem relativamente baixa, mas muito assustadora para um governo cuja dívida pública era de 62 bilhões de dólares há 3 anos atrás. Não é pois difícil de entender a preocupação generalizada com o destino do plano real brasileiro.

Diante destas graves restrições e poderosos desequilíbrios, existe, no momento atual, uma apreensão geral que envolve o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, The Economist, os presidentes de bancos centrais europeus, economistas de orientações opostas como Dornbuch e Barro e, evidentemente, os empresários, os líderes sindicais e a população em geral sobre o destino do plano real.

Para organizar a análise sobre a evolução desta situação, talvez seja interessante rediscutir os fundamentos deste "Plano Econômico" e analisá-los à luz dos acontecimentos atuais. O "plano" real tinha por objetivo a estabilização monetária diante de uma situação próxima à hiperinflação, e se assentou em 3 âncoras principais:

a âncora cambial, baseada no estabelecimento de uma paridade, mais ou menos rígida, do real com o dólar;

a âncora monetária, baseada na contenção da emissão e do crédito;

a âncora fiscal, baseada no equilíbrio orçamentário.

A ÂNCORA CAMBIAL

O primeiro fundamento do plano real foi a âncora cambial. Como se sabe, através de um artifício bem dominado pelos economistas brasileiros, criou-se em 1993 uma moeda de referência equivalente ao dólar, (a UR), à qual se reportaram os preços de todos os produtos e serviços no país. Em seguida, transformou-se esta moeda puramente contábil numa moeda real (desculpem o aparente trocadilho). Com isto, inaugurou-se um novo período de política estabilizadora, com uma nova moeda em circulação: o real. O que causou estranheza foi o fato desta nova moeda ter nascido em julho de 1994 com um valor superior ao dólar: 0,94 centavos por dólar.

Deste fato, surgiu, já no seu nascedouro, o tema da sobrevalorização. Como todos os preços estavam referidos ao dólar, através do artifício da UR, e como a nova moeda deveria equivar ao dólar, sua sobrevalorização criava, de imediato, uma defasagem entre os preços nacionais e os preços em dólares. Se considerarmos ainda que os preços nacionais tendiam a ser extremamente elevados, devido ao medo dos agentes econômicos de um congelamento de preços, como havia ocorrido durante o Plano Cruzado, em 1986, podemos avaliar a extensão do fenômeno da sobrevalorização dos produtos e serviços nacionais. Esta tendência aumentou ainda mais após a criação do real: o dólar chegou a valer 0,84 reais em novembro de 1994 e 0,85 em fevereiro de 1995.

Criou-se um "mercado livre" para o câmbio, mas logo se percebeu que não era tão livre. Na verdade, desapareceram as taxas oficiais de câmbio mas criou-se uma situação estranha. O valor do real se forma num mercado de divisas cujo montante é irrisório, pois no Brasil não circulam quase moedas internacionais. Este mercado é facilmente monitorável pelo Banco Central que iniciou este processo com cerca de 32 bilhões de dólares de reservas. Logo se descobriu que o real não tem livre conversibilidade e sim está submetido a um sistema de controle do câmbio dominado pelo Banco Central. Através deste sistema, manteve-se o dólar desvalorizado.

Entre junho de 1994, a dezembro de 1997, o real se desvalorizou aproximadamente 33% (De 0,84 por dólar a 1,12 por dólar). Enquanto isto, a inflação interna aumentou oficialmente 37%. Se descontarmos a inflação em dólar no período (em torno de 6%), vemos que as mercadorias brasileiras se tornaram mais caras em dólar de 30 a 32% e perderam, em consequência, competitividade internacional na mesma proporção, mais a desvalorização do dólar internacional no período ($\pm 10\%$). (ver tabelas 1 e 2).

Se tomarmos em consideração a alta taxa de juros e a conseqüente alta taxa de lucro embutida nos preços brasileiros, esta desvantagem torna-se ainda maior. Se somarmos ainda as escalas de produção restritas devido à insuficiente renda do mercado interno, a obsolescência tecnológica, a baixa qualidade da mão-de-obra e o chamado "custo Brasil"* pode-se entender a nossa baixíssima competitividade internacional no presente.

O efeito desta administração sobrevalorizada da chamada âncora cambial não se deixou esperar. De um país que detinha um superávit comercial anual de 10,797 bilhões de dólares, em 94, (13,3 bilhões em 1993 e 15,6 bilhões em 1992) caímos para um déficit anual em torno de 3,3 bilhões em 1995, 5,5 em 1996, 8,9 em 1997 e talvez 12,0 em 1998, segundo estimativas oficiais (ver tabela 3).

Este efeito era desejado por uma poderosa ala dos economistas do plano real. Eles se inspiravam na experiência do governo Salinas, no México, que levou às últimas consequências este modelo de âncora cambial, baseado em déficit comercial alto, coberto por entradas de capitais de curto prazo. A meta deste grupo de economistas era aumentar o déficit comercial o máximo possível. Chegaram a comemorar entusiasticamente os primeiros dados de déficit comercial. Este modelo era completado pelo pagamento de juros altos que cumpria dois objetivos: de um lado, servia como um fator de restrição do crédito e da demanda, como exigia a segunda âncora. De outro lado, os juros altos passaram a ser fundamentalmente um

instrumento para atrair capitais especulativos que compensassem o déficit comercial com um superávit na balança de capitais e serviços.

O MODELO MEXICANO

Ninguém pode duvidar do temporário bem estar e até euforia que provoca esta política (usada pela primeira vez no governo Reagan, nos anos 80). A população pode abandonar a produção industrial e descuidar das exportações. Apesar de trabalhar menos, sua moeda forte permite aumentar as importações a bom preço. As entradas de capitais provocam altas rendas no setor financeiro, o superávit da balança de capitais e as importações baratas detêm a inflação. A moeda nacional forte permite gastar no exterior em viagens e compras...

Não há dúvidas que os monitores desta política (o presidente Salinas em especial) demonstraram uma grande habilidade e muita ousadia. A admiração por sua "capacidade" levou os Estados Unidos a apoiar o nome do presidente "economista de Harvard"* para presidente da recém criada Organização Mundial do Comércio. Nada melhor para recompensar o melhor economista-presidente do mundo.

Mas havia um defeito neste milagre. Não nos referimos aqui às quebras do setor produtivo mexicano, obrigado a competir num mercado aberto com a maior potência mundial. Independente disto, o dinheiro que entrava para recolher os juros altos pagos pelo Estado, revertia sua orientação a partir de um determinado momento.

Para formar as reservas com as quais pagar os juros internos altos, o governo mexicano lograra suspender o pagamento dos juros da dívida externa (que, por sinal, se encontravam em baixa), através da renegociação extremamente favorável da sua dívida externa, alcançada no começo da década de 90. As sobras representadas pelas divisas que se deixaram de utilizar para pagar o serviço da dívida externa, permitiram aumentar as reservas e com elas garantir os títulos da dívida externa.

Contudo, o pagamento dos elevados juros dos títulos da dívida interna tornaram insuficiente estes recursos. Foi necessário vender os ativos estatais, através de privatizações cuja imoralidade é hoje unanimemente reconhecida (ver artigo de Newsweek , 26 de Agosto), e geraram-se ainda outros recursos fiscais, através do drástico corte dos gastos em investimento e em serviços públicos. Através dos cortes nos gastos foi possível manter um superavit primário, no orçamento nacional.

Contudo, nem as reservas, nem as privatizações, nem os cortes do gasto público bastaram para diminuir a dívida pública e mal serviram para pagar os altos juros dos títulos públicos. Nestas circunstâncias, é fácil entender como se deterioraram rapidamente o equilíbrio fiscal e as reservas obtidas a duras penas, através do sacrifício da população.

Quando se esgotaram todos os recursos, com a deteriorização crescente dos serviços públicos, o Estado mexicano viu-se sem meios para pagar os juros escorchantes e sua moeda entrou em crise, a âncora cambial ruiu e só quem conseguiu retirar seu dinheiro antes do país pode garantir seus enormes ganhos. Que fazer com os 40 ou mais bilhões de dólares dos investidores internacionais que ficaram no México depois da crise?

Foi neste ponto que entrou a comunidade internacional sob pressão norte-americana. Criou-se um fundo de cerca de 40 bilhões de dólares para proteger os investidores estrangeiros, recuperar o peso mexicano e obrigar o Estado Mexicano a saldar suas dívidas às custas de novos cortes nos gastos públicos e outros meios de captar recursos de uma população miserável. Para viabilizar este fundo, o Estado mexicano teve que alienar ao governo norte-americano - que administra o fundo - os recursos das exportações petrolíferas mexicanas.

Ao assistirem tudo isto, os economistas do Banco Central brasileiro tiveram que revisar à força as suas políticas (apesar de que não revisaram as bases teóricas que os levaram - junto com Salinas - a estas insanidades, pagas pelo trabalho duro da população).

Em primeiro lugar, ampliaram a margem de flutuação do real criando a banda cambial, operação que teve um alto custo em dólares, extraídos das reservas do país. Por outro lado, começaram a criar restrições ao déficit comercial, buscando restituir a proteção tarifária aos setores econômicos que haviam liberado, de qualquer maneira, à competição internacional. Contudo, até 1998, não alcançaram reverter a tendência ao "déficit" comercial pois nenhuma destas medidas pode compensar uma defasagem cambial de mais de 30%, como o demonstramos nos parágrafos anteriores.

Ao mesmo tempo, temerosos do "efeito Tequila" que levaria à conseqüente saída de capitais especulativos da América Latina, elevaram os juros da dívida pública a níveis extratroposféricos, (ver quadro I), provocando uma importante entrada de capitais externos. Para um país que transferia 4,7 e 4,1 bilhões de dólares em remessas para o exterior em 1990 e 1991, é impressionante passar a ter uma conta de capitais positiva de 25,2 bilhões em 1992, 9,9 bilhões em 1993, 8,9 bilhões em 1994, 30,7 bilhões em 1995, 33,0 bilhões em 1996 e algo similar em 1997 (ver tabela 4).

AS ÂNCORAS MONETÁRIA E FISCAL

Com esta política, colocaram em risco a segunda âncora: a restrição aos meios de pagamento. Para conter a liquidez gerada pela entrada maciça de dólares na economia, os estrategas do real não dispunham de outra alternativa do que "esterilizá-los". Para isto aumentaram cada vez mais os juros e emitiram mais e mais títulos da "dívida pública".

Vejam bem: a dívida pública aumenta não para cobrir o gasto público, cada vez mais restrito, e sim para impedir o crescimento da massa monetária. Os recursos assim captados foram transformados em reservas internacionais que cresceram de

40 bilhões de dólares em julho de 1994 a 50 bilhões em dezembro de 1996 e 51 bilhões em dezembro de 1997, enfrentadas à saída de capitais motivada pela crise asiática. Mas como estas reservas rendem juros de 1 dígito enquanto se pagou mais de 50% ao investidor estrangeiro, (ver quadro I) as reservas subiram para 60 bilhões e a dívida interna para 160 bilhões, em 1995, chegando a 250 bilhões em 1998.

Ao mesmo tempo, à custa de elevar desta forma a dívida pública, comprometeram seriamente a terceira âncora, isto é, o equilíbrio fiscal. Desta maneira, criou-se um círculo vicioso: a segunda âncora se tornara totalmente dependente da primeira: enquanto houver déficit comercial e outros déficits cambiais (saída de "royalties", lucros, gastos no exterior, fretes, etc), o Estado brasileiro será obrigado a atrair capitais especulativos do exterior. Para atrair capitais é necessário esterilizá-los, aumentar os juros da dívida interna e comprometer o equilíbrio fiscal. A manutenção primeira âncora leva à crise da segunda e da terceira. Os gastos com juros da dívida interna do governo federal, dos governos estaduais e das empresas estatais chegaram a crescer 41,27% em 1997 (ver quadro II).

Mais grave ainda: em algum momento o Estado brasileiro terá de consumir tudo o que vem acumulando nestes anos, em forma de reservas, pelas mesmas razões que levaram o México a zerar suas reservas. As principais fontes de formação das reservas foram:

1. Suspensão de pagamentos de juros internacionais e sua renegociação foi mais fácil no início da década de 1990, diante da queda dos juros internacionais. Esta queda diminuiu o interesse dos credores em cobrá-los de imediato. Este foi um recurso importante no início dos anos 90. Mas hoje esta é uma fonte de divisas já esgotada, pois já retomamos os pagamentos de juros internacionais, se bem que mais modestos do que na década de 80.

2. O aumento da arrecadação do Estado via "privatizações", ou melhor, venda dos ativos estatais mais lucrativos (será que no futuro descobriremos, como no México atual, que estas privatizações serviram a enriquecimentos similares aos encontrados a favor dos irmãos Salinas e seus sócios?). Apesar de que existem ainda os setores de telecomunicações, elétrico e petroleiro para privatizar-se, estes recursos têm um limite.

3. Os cortes dos investimentos públicos, já profundamente restringidos no Brasil. Isto afeta sobretudo o crescimento econômico, provoca recessão e aumento do desemprego. Por outro lado, a diminuição ou estagnação dos gastos em educação, saúde, transporte e habitação põe em risco o chamado "capital humano" e compromete qualquer política de retomada do desenvolvimento e de aumento da competitividade internacional.

4. Os cortes dos gastos operacionais, dos salários e do número dos servidores públicos, etc..., colocam em risco o próprio funcionamento do Estado e sua capacidade de formular políticas públicas.

É evidente que estas medidas levam o Estado à ineficiência total (ponto de chegada e não ponto de partida do processo). Apesar das ineficiências, do patrimonialismo e do corporativismo anteriores (que, por sinal, não se eliminam e sim, pelo contrário, se agravam num ambiente de escassez crescente de recursos) não são eles que

provocaram a atual crise do gasto público e sim o aumento dos pagamentos de juros e os gastos para defender o sistema bancário e financeiro em crise geral.

Devem-se considerar ainda os efeitos da recessão econômica. Entre outros, seu impacto negativo sobre a arrecadação fiscal é uma das origens mais sérias do déficit público atual.

Os gastos em pagamentos de juros da dívida representam uma forma de gasto público que dificulta qualquer tentativa de lograr o equilíbrio fiscal. No início do plano real o governo estabeleceu como meta zerar o déficit fiscal primário (sem incluir o serviço da dívida). De fato, há muitos anos vínhamos dispendo de um superavit fiscal primário, como se pode ver na tabela 6. Em 1994, ano do real, este superavit foi aumentado de 2 a 4,2% do PIB a nível nacional e de 0,6% a 0,9% do PIB. Nos estados e municípios. Contudo, nos anos seguintes não foi possível manter estes resultados tão altos pois não havia mais gastos públicos que cortar sem causar um caos econômico e social. Os superavits primários caíram seriamente e foram totalmente destruídos pelos aumentos do serviço da dívida pública, conforme se vê na mesma tabela 6.

O período de agigantamento da dívida pública na década de 80, para pagar a dívida externa (e a longa e quase hiper-inflação dela resultante), exacerbou a especulação financeira e elevou a participação deste setor na renda nacional a níveis inaceitáveis. Num período de reajuste como o atual, este setor teria de voltar a ocupar uma proporção razoável de uma economia capitalista equilibrada. Isto significaria a falência do monstruoso aparato financeiro que se criou neste país e em várias partes do mundo. Até agora, contudo, o governo só patrocinou um aspecto desta contenção: a dispensa maciça de trabalhadores bancários. No mais, os artificiais ativos financeiros estão sendo preservados pelo Estado, em nome de garantir a confiança no nosso sistema financeiro. Criou-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro que gastou 14 bilhões de dólares somente no primeiro ano de seu funcionamento (1996).

Em conseqüência, o Tesouro Nacional - já assaltado pelo pagamento dos juros absurdos ao capital especulativo internacional - deve se responsabilizar pela especulação financeira nacional. E vem se destinando recursos incontáveis do Tesouro Nacional a esta tarefa inglória pois, a longo prazo, ninguém poderá impedir a quebra destes bancos. Pelo momento, grande parte deles está se passando às mãos de bancos estrangeiros.

POLÍTICA OU ECONOMIA?

Estas são questões de prioridades, de políticas públicas, estabelecidas por aqueles que têm poder sobre o aparelho estatal. No entanto, elas são apresentadas ao povo brasileiro como questões de teoria econômica, como necessárias e inevitáveis opções de política econômica. Utilizam-se até os conceitos de livre mercado e equilíbrio econômico para defender uma intervenção estatal brutal, contra as tendências do mercado e provocadora de desequilíbrios estratégicos pelos quais deveremos pagar durante muitos anos ainda... É interessante ver muitos liberais radicais se calarem ou fazerem moderadas restrições ao intervencionismo econômico quando esta intervenção favorece os setores sociais com os quais estão comprometidos...

Por isto não é de estranhar que a comunidade de economistas internacionais das mais diferentes orientações teóricas e doutrinárias tenha se mostrado apreensiva com os destinos da economia brasileira. Se este intervencionismo estatal voluntarista, a favor do sistema financeiro especulativo internacional e nacional, se mantiver, os 62 bilhões de dólares de reservas acumuladas com pesados sacrifícios, neste período, não poderão assegurar o monitoramento dos desequilíbrios resultantes.

Estes desequilíbrios cambiais e déficits fiscais tão profundos se acentuarem com a crise asiática, que levou a um novo aumento da taxa de juros. Este aumento teve que ser muito alto já que o governo elimina radicalmente a alternativa da desvalorização cambial. Consequentemente, foram necessários novos cortes dos gastos públicos agrupados num pacote de 51 medidas fiscais. Ao mesmo tempo vemos uma acentuação da rigidez da política cambiária. O Brasil tornou-se o principal cliente da Argentina (30% mais ou menos de suas exportações se dirigem hoje ao Brasil) e foi fortemente pressionado para não desvalorizar a moeda, durante a crise asiática, pelo Presidente Menem pessoalmente.

Ao mesmo tempo, o medo de que uma desvalorização cambial provoque um surto inflacionário e um choque psicológico que intervenham nas próximas eleições presidenciais impede uma correção destes desequilíbrios.

À falta de soluções racionais que levariam a um equilíbrio macroeconômico, só restava o caminho das privatizações forçadas a toque de caixa que se propõem como "solução" imediata. Os 40 a 50 bilhões que se consiga com elas no próximo ano não vão resolver a situação de desequilíbrio global que enfrentamos. Mal servirão para pagar os juros da vertiginosamente ascendente dívida interna. Contudo é a única "solução" disponível, apesar do seu caráter forçado como se pode ver no quadro III, onde se pode constatar o aumento radical das privatizações brasileiras em 1998.

O único caminho que poderia dar alguma conotação virtuosa a este processo perverso seria o aumento das exportações. Mas como aumentá-las com o câmbio excessivamente valorizado, a taxa de juros interna altíssima - num mundo de baixas taxas de juros - e a ausência de qualquer política industrial no país? A outra alternativa seria aumentar a atração do capital produtivo, dos investimentos diretos voltados em geral para a exportação, já que o mercado interno está ameaçado pela diminuição do crescimento e talvez até mesmo a recessão.

Apesar de que os investimentos externos estejam aumentando sua entrada no país, estão se dirigindo à compra de empresas no setor de eletricidade, telecomunicações e outros serviços e excepcionalmente ao setor automobilístico e outros setores industriais, visando o aumento de exportações de autos e peças às próprias empresas produtoras. Trata-se de uma indústria de "maquilagem" bem menor que a que se desenvolve na fronteira do México com os Estados Unidos.

Para atrairmos investimentos diretos produtivos teríamos que assegurar mão-de-obra qualificada e barata além de outros subsídios estatais. Mas como vamos atrair estes investimentos com uma mão-de-obra sem preparação, sem educação, saúde, habitação, lazer, etc, com um ensino público fracassado e sem recursos senão para cozinhar este fracasso? E como poderá ser diferente com um Estado em processo de destruição?

Não é preciso ir mais longe para mostrar o que todos sabemos: é necessária uma revisão drástica das concepções econômicas e das prioridades. A atual política econômica e as atuais políticas públicas brasileiras têm por prioridade absoluta a valorização da moeda nacional ainda que às custas do equilíbrio cambial, monetário e fiscal. As políticas públicas têm de ajustar-se a uma escassez crescente de recursos gerada pelo desequilíbrio cambial e fiscal produzido pela política econômica.

Considerar tal política um exemplo de estabilidade econômica é simplesmente grotesco. Avançamos para desequilíbrios brutais através de uma violenta intervenção estatal contra as tendências do mercado.

Tal intervencionismo, contudo, não se faz a serviço da população e do seu bem estar como se pretende haver ocorrido nos chamados Estados de Bem-estar ou da Providência.

Ela se faz a serviço de setores muito restritos da população, apesar de que a precária estabilidade da moeda possa ser útil a um setor significativo da população, enquanto dure.

Vimos contudo a que custo se logra esta estabilidade e quanto o futuro da população está envolvido nesta aventura. Uma crise similar à do México de Salinas não está próxima porque estamos ainda no início da aventura. Mas, a prevalecer esta política, uma grave crise estará no horizonte nos próximos anos. Disto ninguém duvida. É preciso mudar agora, porque, quando a crise ocorrer, as mudanças serão dramáticas. Violentas desvalorizações cambiais, e novos ajustes fiscais levarão o país a uma crise social e política considerável cujas consequências são muito difíceis de prever. Até as eleições presidenciais de 1998, em que o presidente atual se candidata à reeleição ele não realizará a necessária desvalorização da moeda. Tudo indica, contudo, que terá que realizá-la imediatamente após as mesmas. Esta é hoje uma expectativa geral que colocará o plano real diante de sua primeira crise significativa.

TABELA 01

BRASIL: VARIAÇÃO MENSAL E TRIMESTRAL ANUALIZADA DOS PRINCIPAIS ÍNDICES DE PREÇOS

	Índice Geral de Preços (disponibilidade Interna) a/ IGP-DI		Índice Preços/Atacado (disponibilidade Interna) IPA-DI		Índice Nacional/Preços Ao consumidor b/ INPC	
	Mensal	Trimestral Anualizada c/	Mensal	Trimestral Anualizada c/	Mensal	Trimestral Anualizada c/
1992						
Dezembro	23.70	1258.6	23.78	1266/4	27.89	1441.2

1993						
Dezembro	36.22	3940.9	35.72	3818.2	37.73	3883.3
1994						
Janeiro	42.19	4852.4	41.28	4595.5	41.32	4810.0
Fevereiro	42.41	5689.0	43.23	5589.0	40.57	5504.0
Março	44.83	7297.3	43.65	7039.7	43.08	6426.8
Abril	42.46	7353.6	40.20	6823.9	42.86	6716.0
Maio	40.95	7052.6	38.47	5948.4	42.73	7144.7
a/Provisório,	46.58	7404.7	45.50	6266.0	48.24	8247.7
Julho d/	5.47	2154.6	4.41	1858.1	7.75	2601.4
Agosto	3.34	551.5	4.40	532.7	1.85	600.4
Setembro	1.55	50.1	1.79	51.6	1.40	53.3
Outubro	2.58	34.3	2.71	41.9	2.82	27.1
Novembro	2.47	29.8	2.18	30.2	2.96	32.8
Dezembro	0.57	24.9	0.17	22.1	1.70	34.4
1995						
Janeiro	1.36	19.0	0.87	13.6	1.44	27.3
Fevereiro	1.15	13.0	0.58	6.7	1.01	17.9
Março	1.81	18.7	1.08	10.6	1.62	17.5
Abril	2.30	23.2	1.99	15.6	2.49	22.5
Maio	0.40	19.6	-2.03	4.1	2.10	27.9
Junho	2.62	23.4	1.55	6.0	2.18	30.7
Julho	2.24	23.1	2.24	7.0	2.46	30.6
Agosto	1.29	27.5	1.73	24.5	1.02	25.1
Setembro	1.08	10.1	-2.42	6.1	1.17	20.2
Outubro	0.23	1.7	-0.14	-3.4	1.40	15.3
Novembro	1.33	1.9	1.49	-4.3	1.51	17.6
Dezembro	0.27	7.6	-0.61	3.0	1.65	19.8
1996						
Janeiro	1.79	14.4	1.31	9.1	1.46	20.1
Fevereiro	0.76	11.9	0.47	4.7	0.71	16.4
Março	0.22	11.6	-0.07	7.0	0.29	10.3

Abril	0.70	6.9	0.41	3.3	0.93	8.0
Maio	1.69	10.9	1.34	6.9	1.28	10.5
Junho	1.22	15.4	0.94	11.3	1.33	15.1
Julho	1.09	17.2	1.38	15.7	1.20	16.4
Agosto	0.00	9.6	-0.05	9.4	0.50	12.8
Setembro	0.13	5.0	0.41	7.2	0.02	7.1
Outubro	0.22	1.4	0.24	2.4	0.38	3.7
Novembro	0.28	2.5	0.24	3.6	0.34	3.0
Dezembro	0.88	5.7	1.21	7.0	0.33	4.3
1997						
Janeiro	1.58	11.5	1.67	13.2	0.81	6.1
Fevereiro	0.42	12.1	0.64	15.0	0.45	6.5
Março	1.16	13,4	1.59	16.8	0.68	8.0
Abril	0.59	9.0	0.53	11.6	0.60	7.1
Maio	0.30	8.5	0.14	9.4	0.11	5.7
Junho	0.70	6.5	0.24	3.7	0.35	4.3
Julho	0.09	4.4	-0.09	1.2	0.18	2.6
Agosto	-0.04	3.0	-0.15	0.0	-0.03	2.0
Setembro	0.59	2.6	0.92	2.7	0.10	1.0
Outubro	0.34	3.6	0.41	4.8	0.29	1.4
Novembro	0.83	7.3	1.08	10.1	0.15	2.2
Dezembro	0.69	7.7	0.87	9.9	0.57	4.1

Fonte: CEPAL, com base em dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fundação Instituto Brasileiro e Estatística (FIBGE). a/IGP-DI: média ponderada do índice de preços por atacado (60%), do índice de custo de vida no Brasil (30%) e do custo da construção civil (10%). b/INPC: em seu conceito restrito, média dos índices de preços ao consumidor das áreas metropolitanas. c/ Estimativa anual baseada no trimestre que termina no mês indicado.

d/ Inflação em relação a nova moeda REAL (R\$).

TABELA 05

BRASIL: RESERVAS INTERNACIONAIS NO BANCO CENTRAL

(Balanço em milhões de dólares)

Período		Caixa	Meses Import. Bens	Liquidez
1985		7.690		10.482
1986		4.585		6.760
1987		4.433	4	7.458
1988		5.359	4	9.536
1989		7.268	5	9.679
1990		8.751	6	9.973
1991		8.622	6	9.406
1992		19.008	11	23.754
1993		25.878	12	32.211
1994		36.471	13	38.806
1995		50.449	12	51.840
1996		59.039	13	60.110
1997		-		
1998	Janeiro	59.000		
	Fevereiro	53.000		
	Março*	59.000		
		65.000		
	Abril*	72.000		

Fonte: Banco Central

* Estimativa

TABELA 06

DADOS FISCAIS DO BRASIL EM % DO P.I.B.

		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
A	Resultado Primário do Setor Público	1,6	2	2,1	4,2	0,5	0,5	0,9

Nacional (S.P.N.)								
B	Resultado Primário Estados e Municípios (E e M)	1,4	0,4	0,6	0,9	-0,2	-0,6	
C-A+B	Resultado Primário Consolidado	3	2,4	2,7	5,1	0,3	-0,1	
D	Serviços Financeiros do S.P.N.	1,4	3,4	2,1	2,4	3	2,5	
E	Serviços Financeiros E. e M.	0,2	1,2	0,3	1,4	2,1	1,3	
F-D+E	Total consolidado dos Serviços Financeiros	1,6	4,6	2,4	3,8	6,1	3,8	
G	Resultado Fiscal S.P.N	0,2	-1,4	0	1,9	-2,5	-2	
H	Resultado Fiscal E. e M.	1,2	-0,8	0,2	-0,6	-2,3	-1,9	
I-G+H	Resultado Fiscal Consolidado	1,4	-2,2	0,3	1,3	-4,8	-3,9	

Fonte: Banco Central

Quadro III

Privatização

(Programa Nacional de Desestatização - US\$ bilhões)

Fonte:
BNDES
e Gazeta
Mercantil

*Estimativa

TABELA
03

BRASIL:
COMÉRCIO
EXTERIOR
(FOB)

(milhões de dólares)

EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO COMERC
------------	------------	--------------

	93	94	95	96	97 ^{a/}	92	93	94	95	96	97 ^{a/}	92	93	94	95
	38597	43545	46506	47746	52987	20593	25256	32748	49860	53286	61983	15651	13341	10797	-3354

Fonte: Ministério da Economia, coordenadoria intercâmbio Comercial do Departamento de Comércio Exterior (DECEX-CIC), desde abril 1990

Nota: cifras incluem as revisões oficiais recentes.

A/ Cifras sujeitas a revisão.

TABELA 04

BALANÇO DE PAGAMENTOS (milhões US\$)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
							Jan/Dez	Jan/Dez	Jan/Fev
Balança Comercial	10,753	10.579	15.239	13,072	10,466	-3,157	-5,533	-2,031	-878
Exportações	31.414	31.620	25.793	38,783	43,545	46,506	47,747	6,831	7,629
Importações	20.661	21.041	20.554	25,711	33,079	49,663	53,286	8,862	8,507
Serviços	-15,369	-13,542	-11,339	-15,362	-14,743	-18,801	-21,707	-2,984	-3,178
Juros	-9,748	-8,621	-7,253	-8,453	-6,338	-8,158	-9,840	-758	-1,076
Outros a/	-5,691	-4,921	-6,909	-6,909	-8,140	-10,643	-11,867	-2,226	-2,101
Transferências Unilaterais	834	1,556	2,243	1,653	2,588	3,973	2,899	431	306
Entradas	876	1,599	2,315	1,759	2,752	-	-	-	-
Gastos	42	43	72	106	156	-	-	-	-
Transações Correntes	-4,782	-1,407	9,143	-607	-1,000	-17,000	-24,047	-4,904	-3,750
Capital*	-4715	-4,148	25,271	9,903	8,904	30,703	33,012	-	-
Investimentos	0	170	2,972	6,179	8,214	4,870	16,005	-	-
Residentes	-50	-99	67	-159	-1,037	-1,552	77	-	-
Não-residentes	3,474	2,125	13,191	2,568	9,168	6,222	15,481	-	-
Reinvestimentos	273	365	175	100	83	200	447	-	-
Amortizações	-8,665	-7,830	-8,572	-9,692	-11,001	-11,026	-14,423	-	-
Pagas	-8,053	-7,830	-7,147	-8,982	-	-	-	-	-

					10,370	11,026			
Atrasadas b/	-612	-	-1,425	-710	-631		-	-	-
Empréstimos/ Financiamentos*	-297	964	17,577	11,110	13,513	36,534	31,099	-	-
Curto Prazo	-1,208	-3,033	2,602	154	1,509	19,468	3,995	-	-
Médio e Longo Prazo	911	3,997	14,975	10,956	12,004	17,066	27,104	-	-
Outros Capitais*	550	157	-139	-203	-1,822	1,093	331	-	-
Obrig. Aut. Monet. (+ FMI)	-480	369	-14,670	-8,709	-7,215	-12,919	-8,665	-	-
Erros & Omissões	-328	876	-1,386	-862	199	1,144	683	-	-
Var. de Haveres curto prazo c/ *	-480	369	-14,670	-8,709	-7,215	-12,919	-8665	-	-

Fonte: "Boletim do Banco Central". a/ inclui reinvestimentos de lucros.

b/ em 1989, inclui US\$20.129 milhões referentes à consolidação no MYDFA

c/ - = aumento: em 1994, inclui US\$ 615 milhões de haveres reclassificados

* os dados de 1997 são de janeiro a dezembro

TABELA 02

BRASIL: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO REAL

(Base: 1994=100)

Taxa de Câmbio (média mês)		Índice de Preços por atacado. Produtos Manufaturados		Taxa de Câmbio real	
Real por dólar	Índice	Brasil	Estados Unidos	(2)x(4)x(3)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
1994	0.64	100.0	100.0	100.0	100.7
1995	0,92	143.9	153.7	103.8	97.2
1996	1.01	157.3	163.3	105.2	101.4
1994					
I	0.21	32.2	31.7	98.4	100.3

II	0.61	94.7	90.4	99.0	103.6
III	0.90	140.6	136.9	100.5	103.2
IV	0.85	132.5	141.0	102.1	96.0
1995					
I	0.87	135.8	145.4	102.7	95.9
II	0.90	140.9	151.7	104.4	97.0
III	0.94	147.7	157.1	104.3	98.0
IV	0.97	151.4	160.6	103.7	97.8
1996					
I	0,98	153.7	161.4	104.4	99.4
II	1.00	155.7	162.3	105.5	101.2
III	1.02	158.4	163.7	105.1	101.7
IV	1.04	161.5	165.8	105.9	103.2
1997					
I	1.05	164.2	168.4	106.5	103.8
II	1.07	166.9	169.8	105.0	103.2
III	1.09	170.0	171.3	105.3	104.5
1994					
Janeiro	0.14	22.3	21.4	98.2	102.4
Fevereiro	0.19	30.5	30.4	98.2	98.5
Março	0.28	43.7	43.1	98.7	100.1
Abril	0.40	63.2	61.2	98.8	102.0
Maio	0.58	90.3	85.5	99.1	104.6
Junho	0,84	130.8	124.5	99.2	104.2
Julho	0.93	145.6	136.9	100.1	106.5
Agosto	0,90	140.8	136.9	100.7	103.6
Setembro	0.87	135.5	136.9	100.5	99.5
Outubro	0,85	132.5	139.7	100.7	95.5
Novembro	0.84	131.9	141.0	104.4	97.7
Dezembro	0.85	133.1	142.5	101.3	94.6
1995					
Janeiro	0.86	134.7	144.1	102.3	95.7
Fevereiro	0.84	131.7	145.3	102.8	93.2
Março	0.90	140.9	146.8	103.0	98.9
Abril	0.90	140.9	149.7	104.0	97.9

Maio	0.89	139.4	151.5	104.4	96.1
Junho	0.91	142.5	153.8	104.7	97.0
Julho	0.93	145.6	155.8	104.4	97.6
Agosto	0.94	147.2	156.5	104.3	98.1
Setembro	0.96	150.3	159.0	104.1	98.4
Outubro	0.96	150.3	160.0	103.8	97.5
Novembro	0.97	151.9	160.6	103.7	98.1
Dezembro	0.97	151.9	161.1	103.8	97.8
1996					
Janeiro	0.98	153.5	161.4	104.4	99.3
Fevereiro	0.98	153.5	161.5	104.2	99.0
Março	0.99	154.1	161.2	104.6	100.0
Abril	0.99	154.8	161.8	105.4	100.8
Maio	1.00	155.7	162.2	105.4	101.2
Junho	1.00	156.7	162.9	105.6	101.6
Julho	1.01	157.3	163.1	105.0	101.3
Agosto	1.02	158.6	163.8	105.0	101.7
Setembro	1.02	159.3	164.3	105.2	102.0
Outubro	1.03	160.3	164.7	105.4	102.6
Novembro	1.04	162.0	165.3	105.7	103.6
Dezembro	1.04	162.1	167.4	105.6	103.3
1997					
Janeiro	1.05	163.5	168.0	107.8	104.9
Fevereiro	1.05	163.8	168.5	106.6	103.6
Março	1.06	165.3	168.8	105.1	103.0
Abril	1.06	165.3	169.5	104.8	102.3
Maio	1.07	166.9	169.7	105.0	103.2
Junho	1.08	168.4	170.3	105.2	104.1
Julho	1.08	168.4	171.2	105.0	103.3
Agosto	1.09	170.0	171.2	105.2	104.4
Setembro	1.10	171.6	171.5	105.6	105.6
Outubro	1.10	172.0	171.9		
Novembro	1.11	173.1	172.4		
Dezembro	1.12	174.1	172.6		

Fonte: Fundo Monetário Internacional. "Estatísticas Financeiras Internacionais" e Fundação Getúlio Vargas

"Conjuntura Econômica".

IBGE/FGV: Índice de Preços por Atacado, indústria de transformação.